

**MODELO PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 01 /2013**

**IMPORTANTE:** As contribuições que não se tratem de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail [cnap.consulta@planalto.gov.br](mailto:cnap.consulta@planalto.gov.br). Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

**NOME/IDENTIFICAÇÃO:** Cristiano Lisboa Yazbek  
**CPF/CNPJ:** 02684815984

**EXTRATO:** Vícios na existência da CNAP e no objetivo da Comissão.

**COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM- CNAP**

**CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS- MODELO NOTA TÉCNICA**

- O objetivo da Comissão é claro em querer proteger determinado agente econômico, ao invés de promover o desenvolvimento sustentável no âmbito da atividade de Praticagem e no fluxo marítimo do comércio nacional e internacional, o que evidencia a ilegalidade da intervenção no domínio econômico pretendida pela CNAP por desrespeitar o artigo 174 da Constituição da República de 1988;
- A regulação dos preços de Praticagem não pode sopesar o objetivo da atividade de Praticagem que retrata fundamento da Ordem Econômica. A CNAP fecha os olhos às nefastas consequências da intervenção pretendida. Não se pode intervir na economia com o desrespeito às garantias individuais previstas na CR/88;
- A CNAP trata, implicitamente, os armadores como agentes econômicos hipossuficientes. Tal abordagem não se sustenta, sendo fato público e notório a inverdade em tal expediente;
- A atividade de praticagem não representa concessão, autorização ou permissão de serviço e não pode ser vista como tal, eis que os bens das empresas de Praticagem não se submetem ao regime de direito público;
- Não se pode querer fazer com que a questão do PREÇO prevaleça sobre os fundamentos da ordem econômica;
- A fixação do preço por hora técnica não é razoável, pois há inúmeras variáveis não consideradas pela CNAP: serviço prestado em dias de tormenta; serviço prestado à noite; serviço prestado em navios antigos com maior chance de causar problemas ao meio ambiente e colocar em risco a segurança da navegação; serviço prestado por Prático com mais tempo de atividade e qualificação; etc.